

# Cartilha explica o reajuste das escolas

A Secretaria de Defesa do Consumidor divulgou, ontem, a cartilha para o cálculo das mensalidades escolares referentes ao primeiro semestre de 88, nas escolas de 1º e 2º graus e ensino superior. As orientações para pais e alunos foram elaboradas pelo Procon, de acordo com o decreto 95.921, que revogou o decreto 95.720 que instituiu a liberdade vigiada para a cobrança. O Ministério da Educação também distribuiu ontem orientação para o cálculo do reajuste e na próxima semana divulgará uma cartilha.

A base para o cálculo é a mensalidade de dezembro do ano passado. É preciso lembrar, no entanto, que se o Conselho Estadual de Educação concedeu a alguma escola o pedido de reajuste especial para o segundo semestre de 87, é o valor autorizado que vale para o cálculo e não o valor efetivamente pago. A Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação e o Procon podem fornecer aos pais os aumentos concedidos. Abaixo a cartilha do Procon.



## Como calcular a nova mensalidade

O cálculo para o reajuste das mensalidades do 1º semestre de 1988 terá como base a mensalidade de dezembro de 1987. Desta forma, é importante que o valor tomado como "mensalidade de dezembro de 1987" esteja correto, resultando da aplicação das Deliberações 17 e 20 do Conselho Estadual de Educação. Lembre-se, ainda, que não deve ser incluída a mensalidade de dezem-

bro, que servirá de base de cálculo para toda a semestralidade, o valor pago a título de matrícula.

Em caso de dúvida a respeito do valor correto de dezembro de 1987, procure o Procon que lhe informará qual o valor autorizado.

Estas instruções serão divididas em quatro etapas: 1 — qual o valor autorizado para o 1º semestre de 1988;

- 2 — quanto já foi pago pelo pai ou aluno até o mês de abril;
- 3 — explicações sobre a compensação ou devolução das quantias cobradas a maior, se for o caso;
- 4 — exemplo sobre a aplicação dos índices.

### 1) VALORES AUTORIZADOS PELO DECRETO Nº 95.921 PARA O 1º SEMESTRE DE 1988.

Os índices de reajuste para as mensalidades escolares autorizadas pelo Decreto 95.921 são os seguintes:

- 1.1. Para janeiro e fevereiro deve ser aplicada a URP (9,19% ao mês), sobre a mensalidade de dezembro, acrescida ainda de 70% de 2,85% (resíduo salarial), que resulta num índice de 1,01995, o que equivale a um reajuste de 11,37% para cada um dos meses.
- 1.2. Para março, o valor autorizado é o resultado de quatro operações:  
a) 70% de 1,9651 (índice oficial relativo ao dissídio dos professores e pessoal técnico de 86,51% para o Estado de São Paulo, a partir de 1º de março de 1988 - data-base), ou seja, 0,70 x 1,9651 = 1,3756.  
b) + 30% de 1,15274 (índice relativo à diferença das variações acumuladas de janeiro e fevereiro do IPC (37,43%) e URP (19,22%), ou seja, 0,30 x 1,3743 / 1,1922 = 0,3458.  
Obs.: Somados os itens a e b, temos: 1,3756 + 0,3457 = 1,7214.  
c) 30% de 1,1619 (índice relativo à variação da URP em março) que resulta em 1,04857, isto é, 0,30 x 1,1619 = 1,04857.  
d) o produto da soma de a e b (1,7214) deve ser multiplicado pelo índice resultante do item c (1,04857), que será igual a 1,805 (80,5%).

Portanto, partindo-se da mensalidade de dezembro de 1987 o reajuste autorizado para março/88 é de 123,88%.

- 1.3. Para abril, maio e junho o reajuste deve ser pela variação da URP: em abril e maio esta é de 16,19% ao mês e junho ainda não foi divulgada.

MATRÍCULA PAGA	+	MENSALIDADE DE JANEIRO EFETIVAMENTE PAGA	+	MENSALIDADE DE FEVEREIRO EFETIVAMENTE PAGA	+	Mensalidade de março efetivamente paga Cz\$5.800,00	+	Mensalidade de abril efetivamente paga Cz\$7.200,00	=	Total efetivamente pago até abril Cz\$19.500,00
----------------	---	--	---	--	---	---	---	---	---	---

Dessa forma, o valor cobrado a maior pela escola "X" é de:

MENSALIDADE DE MARÇO EFETIVAMENTE PAGA	+	MENSALIDADE DE ABRIL EFETIVAMENTE PAGA	=	TOTAL EFETIVAMENTE PAGO ATÉ ABRIL
Total efetivamente pago até abril Cz\$ 19.500,00	-	Total autorizado até abril Cz\$ 14.388,14	=	Diferença cobrada a mais pela escola "X" Cz\$ 5.111,86

### 3) VALORES A SEREM PAGOS EM MAIO E JUNHO PARA CORRIGIR POSSÍVEIS DIFERENÇAS

Compare os valores autorizados e os efetivamente pagos até abril de 1988. Se você pagou menos ou igual ao valor autorizado falta apenas pagar os meses de maio e junho conforme cálculo já efetuado no item 1 destas instruções.

Ocorre, porém, que muitos esta-

belecimentos praticaram valores acima do autorizado. As escolas que se encontram nesta situação devem proceder à devolução ou à compensação dos valores cobrados a maior. Nestes casos, para saber quanto deve ser pago nos meses que faltam para completar o semestre, siga as instruções abaixo:

Anote o total efetivamente pago até abril	-	Total autorizado até abril	=	Diferença a mais cobrada pela escola (se o resultado for positivo)
Diferença cobrada a mais pela escola "X" Cz\$ 5.111,86	x	2	=	Cz\$ 2.555,93 parcelas a deduzir das mensalidades de maio e junho
Mensalidade de maio/88 autorizada para escola "X" é igual a Cz\$ 6.044,79	-	Cz\$ 2.555,93 parcela a deduzir da mensalidade de maio	=	Cz\$ 3.488,86 valor a ser efetivamente pago em maio
Mensalidade de junho/88 autorizada para escola "X" é igual a Cz\$ 6.044,79 x variação da URP em junho /88 (ainda não divulgada)	-	Cz\$ 2.555,93 parcela a deduzir da mensalidade de junho	=	Cz\$ valor a ser efetivamente pago em junho

### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A RETRIBUIÇÃO DAS MANTENEDORAS

O Decreto nº 95.921 estabelece em seu artigo 1º que os estabelecimentos de ensino não podem cobrar ou repassar para as mensalidades escolares mais do que 10% sobre a totalidade de seus custos. Ressaltamos, porém, que os índices autorizados pelo decreto federal já prevêm este percentual máximo, sendo que a escola tão somente poderá praticar índices superiores aos autorizados mediante pedido comprovado, devidamente analisado e aprovado pelo Conselho Estadual ou Federal de Educação, ou se houver expressa concordância das Associações de Pais e Mestres, dos Centros ou Diretórios Acadêmicos ou da maioria absoluta dos representantes legais dos alunos, sendo que tal acordo deve ser homologado pelo Conselho Estadual ou Federal de Educação.

### ORIENTAÇÕES E CUIDADOS EM CASOS DE ACORDO COM AS MANTENEDORAS.

Orientamos aos pais e alunos que somente façam acordo com as mantenedoras se houver expressa concordância da grande maioria e após análise detalhada da planilha de custos dos estabelecimentos de ensino.

A Secretaria de Defesa do Consumidor, através do Procon, se coloca à disposição dos pais e alunos para qualquer esclarecimento necessário, bem como para orientá-los caso desejem efetivar acordo para prática de valores acima dos índices estabelecidos.

Caso a escola tenha cobrado valores acima dos autorizados, os pais ou alunos devem enviar pedido por escrito e protocolado à mesma, solicitando a devolução ou a compensação do valor cobrado a maior até o fim do semestre. Se o estabelecimento não devolver ou compensar as quantias devidas, os pais ou alunos podem encaminhar reclamação ao Procon trazendo cópia de todos os recibos desde o mês de dezembro de 87 e da carta protocolada pelo colégio, que solicitou a devolução do cobrado a mais.

O PROCON recebe as reclamações ou consultas à Rua Bandeira Paulista, 808, ou pelo telefone 258-7755 e ainda à Rua Líbero Badaró, 119.

### QUADRO RESUMO SOBRE O CÁLCULO DE REAJUSTE ESCOLAR PARA O 1º SEMESTRE DE 1988

Este quadro resumo deve ser usado para se calcular o valor a ser pago em cada um dos meses, tomando-se como base apenas o mês de dezembro de 1987. Por este resumo você poderá calcular o valor autorizado para o mês desejado fazendo apenas uma operação.

#### Para calcular janeiro/88

Valor autorizado no mês de dezembro/87 (excluir o valor pago a título de matrícula)	x	1,1137 (1,0919-URP de janeiro) x 1,01995 (70% do resíduo salarial dos professores do Est. de São Paulo).	=	Valor autorizado para o mês de JANEIRO.
---	---	--	---	---

#### Para calcular fevereiro/88

Valor autorizado para o mês de janeiro.	x	1,1137 (1,0919 -URP de fevereiro) x 1,01995 (70% resíduo salarial dos professores de Est. de S. Paulo).	=	Valor autorizado para o mês de FEVEREIRO.
---	---	---	---	---

#### Para calcular março/88

Valor autorizado para o mês de fevereiro	x	1,805 (1,3756 -70% do dissídio dos professores do Est. de São Paulo) + 0,3458 (30% da diferença entre o IPC e a URP acumulada de janeiro e fevereiro) x 1,0485 (30% da URP de março).	=	Valor autorizado para MARÇO.
--	---	---	---	------------------------------

#### Para calcular abril/88

Valor autorizado para o mês de março	x	1,1619 (URP de abril).	=	Valor autorizado para ABRIL.
--------------------------------------	---	------------------------	---	------------------------------

#### Para calcular maio/88

Valor autorizado para o mês de abril	x	1,1619 (URP de maio)	=	Valor autorizado para MAIO.
--------------------------------------	---	----------------------	---	-----------------------------

#### Para calcular junho/88

Valor autorizado para o mês de maio	x	Variação da URP em junho (ainda não divulgada)	=	Valor autorizado para JUNHO.
-------------------------------------	---	--	---	------------------------------

Para verificarmos se existe algum valor a ser devolvido ou compensado é importante calcular qual foi o valor autorizado até abril de 88.

Valor autorizado para:

JANEIRO	+	FEVEREIRO	+	MARÇO	+	ABRIL	=	TOTAL AUTORIZADO ATÉ ABRIL
---------	---	-----------	---	-------	---	-------	---	----------------------------

### 2) VALORES PRATICADOS NO 1º SEMESTRE DE 1988.

Os estabelecimentos escolares não praticaram necessariamente os valores autorizados. Vejamos quais foram os valores praticados:

Diferença a mais cobrada pela escola até abril/88	-	2	=	Metade da diferença do valor cobrado a mais que deve ser compensado
---	---	---	---	---

Valor autorizado para o mês de maio (conforme item 1)	-	Metade da diferença do valor cobrado a maior	=	Valor a ser pago efetivamente no mês de maio
---	---	--	---	--

Valor autorizado para o mês de junho (conforme item 1)	-	Metade da diferença do valor cobrado a maior	=	Valor a ser pago efetivamente no mês de junho.
--	---	--	---	--

Se a diferença a mais cobrada pela escola até abril de 88 for superior aos valores autorizados para maio e junho, a escola além de não cobrar os meses de maio e junho, deve ainda devolver tal quantia até o final do semestre.

4) EXEMPLO Mensalidade de dezembro/87 autorizada para a escola "X" é Cz\$ 2.000,00.

Mês de dezembro/87 Cz\$ 2.000,00	x	1,1137	=	Janeiro de 88 Cz\$ 2.227,40
Mês de janeiro/88 Cz\$ 2.227,40	x	1,1137	=	Fevereiro de 88 Cz\$ 2.480,66
Mês de fevereiro/88 Cz\$ 2.480,66	x	1,805	=	Março de 88 Cz\$ 4.477,58
Mês de março/88 Cz\$ 4.477,58	x	1,1619	=	Abril de 88 Cz\$ 5.202,50
Mês de abril/88 Cz\$ 5.202,50	x	1,1619	=	Maio de 88 Cz\$ 6.044,79
Mês de maio/88 Cz\$ 6.044,79	x	Variação da URP em junho (ainda não divulgada)	=	Junho de 88

Portanto, o total autorizado até abril de 88 para a escola "X" é igual a:

Janeiro/88 Cz\$2.227,40	+	Fevereiro/88 Cz\$2.480,66	+	Março/88 Cz\$4.477,58	=	Total autorizado até abril Cz\$14.388,14
-------------------------	---	---------------------------	---	-----------------------	---	--

Abril/88 Cz\$5.202,50	=	Total autorizado até abril Cz\$14.388,14
-----------------------	---	--

### OS VALORES PRATICADOS PELA ESCOLA "X" FORAM:

Matrícula paga Cz\$2.400,00	+	Mensalidade de janeiro efetivamente paga Cz\$800,00	+	Mensalidade de fevereiro efetivamente paga Cz\$3.500,00
-----------------------------	---	---	---	---

## Colégios não devolvem diferença

Parte das escolas particulares de São Paulo já decidiu: não vai devolver nada aos pais, caso o reajuste das mensalidades esteja acima do limite estabelecido pelo governo. Para não abrir mão do que ganharam, as escolas podem até pedir uma autorização de aumento especial ao Conselho Estadual de Educação e recorrer à Justiça, pois os representantes destes estabelecimentos de ensino, reunidos terça-feira à noite no Colégio Rainha da Paz, acham que os aumentos foram legais e obrigam sua restituição é inconstitucional.

"Praticamos um ato jurídico perfeito", afirmou o presidente do Grupo — Associação de Escolas Particulares, Luiz Roberto da Silveira Castro, ao transmitir ontem as decisões tomadas por representantes de cerca de 600 escolas, segundo ele, presentes à reunião no Rainha da Paz. Eles discutiram que providências tomar diante do decreto do governo que acabou com o sistema

de liberdade vigiada para os reajustes das mensalidades: "Se houve abuso foi praticado por uma minoria, cabendo ao governo fiscalizar e não nos punir com reajustes iguais para todos".

O presidente do Grupo, dono de um colégio em Itu, aproveitou o encontro com a imprensa para contestar o índice divulgado pelo Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor (Procon). O correto, segundo seus cálculos, seria 124,12% — 0,24 ponto percentual a mais que o outro, que é de 123,88%. "O Procon cometeu um erro matemático primário", explicou Silveira Castro, demonstrando na lousa a fórmula para obtenção do índice. O erro teria ocorrido no repasse do resíduo do gatilho salarial em janeiro e fevereiro, com um valor único. O correto, diz Silveira Castro, seria o cálculo sobre o acumulado, mês a mês.

Seja qual for o índice, o Grupo pretende defender até o fim os valores já estabelecidos para o primeiro

semestre — "eles foram calculados dentro do sistema de liberdade vigiada, como havia sido fixado pela legislação anterior". O decreto que revogou este princípio, o 95.921, é até prejudicial, afirmou o presidente do Grupo: "As escolas que reajustaram abaixo do índice têm, agora, o direito de atingir este limite, aumentando as mensalidades". Mesmo sendo o máximo a ser cobrado, Silveira Castro entende que o decreto é, então, omisso quanto a mais essa discussão jurídica.

A revogação da liberdade vigiada foi uma decisão política, afirma Silveira Castro, "ou melhor, populista". Com ela, o governo desviou a atenção do principal: a grave situação das escolas públicas, afirmou. Silveira Castro defende a volta do livre mercado, sem intervenção do Estado. Hoje, será a vez de o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo tomar uma posição. A entidade reúne cerca de quatro mil escolas.

